MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
71° BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO DUARTE COELHO / 1993)

SALC
Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

CAPEADOR PARA CONFERÊNCIA DE PROCESSOS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Informações gerais

Seção requisitante: TESOURARIA **N° do DIEx:** 28 **Data do DIEx:** 26 / 06 / 22
Cód/Nome da UASG da licitação: _____
Nome da empresa: SGRASA SIA **CNPJ:** 62.113.620/0001-80

CONFERÊNCIA E MONTAGEM DO PROCESSO

Entrada:

Documentos	Conf	Folha N°
DIEx Requisitório	✓	01
Nota de Crédito	✓	10
Termo de justificativa do OD	✓	06
Pesquisa de preços	✓	11
Relatório de pesquisa de preços	✓	08
Termo de Referência/Projeto Básico	✓	02
SICAF (consulta de regularidade do fornecedor)	✓	09
Consulta consolidada de pessoa jurídica (TCU)	✓	16

Controle:

Empenho N°: 1628 Data do Empenho: 02/06/2022 Tipo do Empenho: GLOBAL

Responsável pelo Empenho

ASSINATURA DA NOTA DE EMPENHO

RAFAEL CARVALHO DE SOUZA – Cap
Chefe da SALC

LUCIANO GUIMARÃES DE SANTANA - Maj
Ordenador de Despesas do 71° BI Mtz

ENCERRAMENTO

Capa (lista de verificação)	✓
Termo de abertura	-
Termo de encerramento	-
Folhas carimbadas, numeradas e rubricadas	✓

Garanhuns-PE, 21 de JUNHO de 2022.

Assinado em 02/06/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
71° BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO DUARTE COELHO / 1993)

OK

Diex Requisitório nº 28-Tesouraria/71° BIMtz
EB: 64107.003812/2022-15

Garanhuns-PE, 26 de maio de 2022

Do Encarregado do Setor Financeiro do 71° BIMTz
Ao Sr Fiscal Administrativo do 71° BIMtz
Assunto: Contratação de serviço por Dispensa de Licitação
Referente: Inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/93

→ OK

1. Versa o presente expediente sobre solicitação de contratação de serviço de tecnologia.

2. Nos termos contidos no Art 13 da IG 12-02, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 305, de 22 de M[redacted] 1995, solicito providência no sentido de aprovar a contratação do serviços de certificação digital para no[redacted]alhão, visando operacionalização dos diversos sistemas corporativos. Alinhado ao OE 3 – Aum[redacted] efetividade na Gestão do Bem Público.

NOME DO CREDOR: SERASA S/A
CNPJ: 62.173.620/0001-[redacted]

ITEM	SI	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	40-23	Serviços de certificação digital para pessoa física (e-CPF), Modelo A3 Validade 36 meses, com token	1	R$ 439,00	R$ 439,00
		TOTAL			R$ 439,00

[redacted] Enc S/ Fin

[redacted] Fiscal Administrativo

DESPACHO DO OD: AUTORIZO O INÍCIO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E EMPENHOS DOS RECURSOS.

1. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO 27/2022

2. Tipo de Empenho: Global
3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	GESTÃO	UG	NC
171460	100000000	339040	160073	I3DAFUNCNPJ	0001	160177	2022NC000679 E 2022NC007856

4. PUBLIQUE-SE [redacted]

Ordenador de Despesas do 71° BI Mtz

27/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
71° BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO DUARTE COELHO / 1993)

[redacted]

PROJETO BÁSICO SIMPLIFICADO

DISPENSA LICITAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em serviços de certificação digital e estimativas estabelecidas neste instrumento:

ITEM	SI	SERVIÇO	UND	QTDE	UNIT	TOTAL
1	23	CERTIFICAÇÃO DIGITAL PARA PESSOA FÍSICA (e-CPF), MODELO A3, VALIDADE DE 36 MESES, COM TOKEN	UND	01	R$ 439,00	R$ 439,00
	TOTAL					R$ 439,00

1.2 Os serviços a serem contratados serão destinados à certificação digital dos militares do 71° BI Mtz, da seguinte forma:

NOME DO MILITAR	FINALIDADE (USO) DO CERTIFICADO
1° Sgt PEDRO FERNANDO **MAIA** E SILVA	Operacionalizar os diversos sistemas corporativos.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

2.1 Os bens e serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

3.1 O prazo para a prestação do serviço é de 20 (vinte) dias úteis, contados do RECEBIMENTO DO EMPENHO, nos seguintes endereços:

a) Br 423, Km 94, Heliópolis, Cep 55297-130, Garanhuns – PE.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da Contratante:

4.1.1 Fiscalizar a execução do serviço no prazo e condições estabelecidas no C[redacted] seus anexos;

4.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes do Contrato e da proposta, para fins de aceitação definitivo;

4.1.3 Comunicar à parte Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja, reparado ou corrigido;

4.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço objeto, no prazo e forma estabelecidos no Contrato e seus anexos;

4.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda o que se segue.

5.2 Efetuar a execução do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Contrato e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (quando for o caso);

5.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica ou física, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica ou física todos os requisitos de habilitação exigidos

na forma da lei; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

04

8. CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para ac[redacted]ar e fiscalizar a execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação

9.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 Fraudar na execução do contrato;

9.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5 Cometer fraude fiscal;

9.1.6 Não mantiver a proposta;

9.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2 Multa moratória de 2 % (DOIS por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (DEZ) dias;

9.2.3 Multa compensatória de 10% (DEZ por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

9.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a [redacted]tada que:

9.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Garanhuns, 26 de maio de 2022.

[redacted]

Encarregado do Setor Financeiro do 71° BI Mtz

Aprovo: [redacted]

Ordenador de Despesas do 71° BI Mtz

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
71º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
(BATALHÃO DUARTE COELHO / 1993)

TERMO DE JUSTIFICATIVA DO ORDENADOR DE DESPESAS

A CONTRATAÇÃO que demandará do presente processo, justifica-se em função da necessidade dos SERVIÇOS de certificação digital, à medida que os mesmos atenderão as demandas do 71º Batalhão de Infantaria Motorizado, no que tange as atividades administrativas da Organização Militar, visando à operacionalização de pregões eletrônicos no ComprasNet, Sistema de Registro de Preço e acesso ao Siasg 4.0, todas desempenhadas por militar do Batalhão. A não CONTRATAÇÃO acarretará a suspensão dos serviços relativos aos sistemas corporativos (ComprasNet, Sistema de Registro de Preço e Siasg 4.0).

Este procedimento de dispensa de licitação encontra amparo no Art. 24, inciso II da Lei 8666/1993,conforme se pode verificar abaixo:

> Art. 24. É dispensável a licitação:
>
> II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

A CONTRATAÇÃO justifica-se, uma vez que a dispensa de licitação amparada no inciso II do Art. 24 da Lei 8666/1993 é dispensável, e pode ocorrer por conveniência e oportunidade administrativa, pela vantajosidade de ser um processo menos oneroso do que um processo licitatório, sendo, portanto, justificado pelo princípio da economicidade dentro dos limites impostos e taxados pela legislação em vigor.

Conforme se pode verificar nos autos, este processo está instruído de acordo com o previsto na Lei 8666/1993.

Informamos que o Preço praticado pelo credor SERASA S/A - CNPJ: 62.173.620/0001-80 é compatível com o valor praticado no mercado conforme comprovação dos Orçamentos de mercado anexados ao Processo obtidos conforme prescreve a Instrução Normativa Nr 05 do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 7 do MPOG, de 29 de agosto de 2014.

Importante ressaltar a indisponibilidade da venda do certificado digital pretendido [redacted] CNPJ A3 **com token**) por parte do SERPRO, em função da COVID 19, conforme informa [redacted] disponível na página eletrônica https://servicos.serpro.gov.br/loja/certificacao-digital/.

Assim esta Unidade Gestora, neste ato, representada por seu Ordenador de Despesas, decide pela contratação direta, no valor de R$ 439,00 (quatrocentos e trinta e nove reais), por meio de Dispensa de Licitação amparada no artigo 24, II da Lei n.º 8.666/93.

Garanhuns – PE, 26 de maio de 2022.

[redacted]

Ordenador de Despesas do 71º BI Mtz

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
71º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	EMPRESAS			DESCONTO MÉDIO	
				1	2	3	UNITÁRIO	TOTAL
				Preço Unit.	Preço Unit.	Preço Unit.		
1	CERTIFICADO DIGITAL PESSOA FÍSICA (e-CPF), MODELO A3 - VALIDADE DE 36 MESES, COM TOKEN	UND	3	R$ 459,90	R$ 465,00	R$ 439,00	R$ 454,63	R$ 1.363,90

MEIO DE CONSULTA: Empresas fornecedoras

ORD	RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	UASG	PREGÃO	ITEM/GRUPO
1	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	01.554.285/0001-75	*****	*****	*****
2	SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA	01.579.286/0001-74	*****	*****	*****
3	SERASA S.A	62.173.620/0001-80	*****	*****	*****

Garanhuns-PE, 26 de maio de 2022.

[redacted]

ENCARREGADO DA PESQUISA DE PREÇO

[redacted]

[redacted]

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**62.173.620/0001-80**	DUNS®:	**899252985**
Razão Social:	**SERASA S.A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/09/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
[redacted]I:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**16/11/2022**
FGTS	Validade:	**10/06/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**12/11/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**21/06/2022**
Receita Municipal	Validade:	**12/10/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2022**

CPF: [redacted]

Ass: _____

__ SIAFI2022-CONTAB EMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CO IL)_____
26/05/22 16:05 USUARIO: JAN ON
DATA EMISSAO 07Jan22 VALORIZACAO : 07Jan22 NUMERO : 202 000679
UG EMITENTE 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - TOR
GESTAO EMITENTE 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA 160177 / 00001 - 71° B I MTZ
OBSERVACAO
(ATENDE DESPESAS CO RTIFICAÇÃO DIGITAL- COTA ANUAL)
DOC DE REFERÊNCIA D NR 647 DGO DE 3 SET 21 PRO
PRAZO DE EMPENHO 30 22
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FO	ND	SB	UGR	PI	V A L O R
300063	1	171460	0100	000 339000		160073	I3DAFUNCNPJ	1.500,00

LANCADO POR : 829332 20 - VIVIANE UG : 160073 07Jan 09:16
PF1=AJUDA PF3=SAI PE SPELHO PF12=RETORNA

__ SIAFI2022-CONTABI DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)_____
26/05/22 16:04 USUARIO: JANDILSON
DATA EMISSAO 25Mai22 VALORIZACAO : 25Mai22 NUMERO : 2022NC007856
UG EMITENTE 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - GESTOR
GESTAO EMITENTE 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA 160177 / 00001 - 71° B I MTZ
OBSERVACAO
(TRANSPOSIÇÃO DE CRÉDITO).
DOC RFR: MSG SIAFI N 2022/0519529, DE 23 MAI 22.
PRAZO DE EMPENHO: AT 30 DIAS.

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300083	1	171460	0100 0000	339000		160073	I3DAFUNADOM	256,00
300063	1	171460	0100 0000	339000		160073	I3DAFUNCNPJ	256,00

LANCADO POR : 056121 100 - RODRIGO ALVES UG : 160073 25Mai22 13:40
PF1=AJUDA PF3=SAI PF ESPELHO PF12=RETORNA

[redacted]Certificado Digital

Certificados Digitais | Ajuda | Parcerias | Corporativo | Blog | Meu certificado ideal

Pronto! Seu **Certificado Digital** estará disponível para uso.

Comprar

Atenção: esta opção é válida apenas para certificados tipo A1 e onde o CPF/CNPJ do titular já tenha cadastro da digital prévio realizado em emissão de certificado anterior.

O que é e-CPF?

Selecione abaixo os meses que deseja para o uso do dispositivo:

A1 - Arquivo	12 meses		
A3 - Cartão	12 meses	24 meses	36 meses
A3 - Kit Leitora	12 meses	24 meses	36 meses
A3 - Token	12 meses	24 meses	36 meses

CERTIFICADO SELECIONADO:

e-CPF

A3 - Token

Validade: **36 meses**

de 505,00 por

439,00

apenas 12x de 36,58

Comprar Certificado

Compre por telefone 3004-7728 0800-773-7728

Quer comprar?

safeweb (https://safeweb.com.br)
Segurança da Informação

Central de Atendimento
0800-728-5900
(51) 3018.0300
Em horário comercial

[redacted] (https://pt.linkedin

(https://www.face

Certificado Digital e-CPF

O **e-CPF** é a versão eletrônica do CPF (Cadastro de Pessoa Física), e é destinado para as pessoas físicas que necessitam de um documento de identificação no meio eletrônico. Com ele é possível assinar documentos digitalmente com a mesma validade jurídica de documentos assinados de próprio punho.

Atenção: Usuários de dispositivos **Apple** devem observar requisitos especiais para utilização do certificado. Certificados do tipo **A1** deverão ser instalados em computador com Windows para posterior baixa no dispositivo Apple. Para certificados do tipo **A3**, sugerimos contato com nosso suporte técnico para análise prévia do sistema operacional utilizado.

Conheça os modelos de Certificados Digitais e-CPF disponíveis:

		Validade 1 Ano	Validade 2 Anos	Validade 3 Anos
e-CPF A1	saiba mais	○ **R$ 175,00**		
e-CPF A3 (cartão e etoken não incluso)	saiba mais	○ **R$ 175,00**	○ **R$ 220,00**	○ **R$ 260,00**
e-CPF A3 + cartão	saiba mais	○ **R$ 230,00**	○ **R$ 275,00**	○ **R$ 315,00**
e-CPF A3 + cartão + leitora	saiba mais	○ **R$ 380,00**	○ **R$ 425,00**	○ **R$ 465,00**
e-CPF A3 + etoken	saiba mais	○ **R$ 380,00**	○ **R$ 425,00**	◉ **R$ 465,00**

Comprar

e-CPF Características Documentos Necessários Formas de Pagamento

e-CPF A3 + token:

Esse Certificado Digital é instalado em token. O Certificado em token oferece ao usuário praticidade, fácil portabilidade e usabilidade, bastando conectá-lo na porta USB do computador.

Com o **Certificado Digital e-CPF** é possível o acesso a todos os serviços oferecidos pelo Governo Federal na internet veja alguns deles:

- **e-Social** –Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas;
- **Conectividade Social ICP** – Recolhimento FGTS;
- **DCTF Web** – Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais 'Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos';
- **DMED** – Declaração de Serviços Médicos e de Saúde;
- **SPED** – Sistema Público de Escrituração Digital;
- **EFD-Reinf** - Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais;
- Entre outros.

Olá, posso ajudar?

Feedback

[redacted]

Certificado Digital
para pessoa física

O certificado digital e-CPF Certisign, é a Identidade Digital da Pessoa Física no meio eletrônico, também conhecido como CPF Digital. Ele pode ser utilizado para assinar documentos com validade jurídica, e dar andamento aos serviços oferecidos pelos governos estadual e federal.

Monte seu certificado | **Compre por tipo de uso** | **Renove seu certificado**

1 - Selecione o **certificado digital**

Pessoa Física
e-CPF

Dentista
e-CPF

Médico
e-CPF

MEI
e-CPF

2 - Escolha onde será instalado o seu **certificado**

TIPO A1

Mobile

no Computador

TIPO A3

Cartão

Cartão + Leitora

na Nuvem

somente Certificado

Token

3 - Validade em **(Meses)**

12 18 24 **36** 60

e-CPF

Certificado: e-CPF Pessoa Física

Mídia: Token

Validade: 36 MESES

Quantidade

- 1 +

12x **R$ 38,33** sem juros*

R$ 459,90 à vista

ADICIONAR AO CARRINHO

Veja os benefícios
em ter um certificado digital

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

(BATALHÃO DUARTE COELHO / 1993)

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	EMPRESAS			DESCONTO MÉDIO	
				1	2	3		
				Preço Unit.	Preço Unit.	Preço Unit.	UNITÁRIO	TOTAL
1	CERTIFICADO DIGITAL PESSOA FÍSICA (e-CPF), MODELO A3 - VALIDADE DE 36 MESES, COM TOKEN	UND	3	R$ 459,90	R$ 465,00	R$ 439,00	R$ 454,63	R$ 1.363,90

MEIO DE CONSULTA: Empresas fornecedoras

ORD	RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	UASG	PREGÃO	ITEM/GRUPO
1	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S/A	01.554.285/0001-75	*****	*****	*****
2	SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA	01.579.286/0001-74	*****	*****	*****
3	SERASA S.A	62.173.620/0001-80	*****	*****	*****

Garanhuns-PE, 26 de maio de 2022.

[redacted]

ENCARREGADO DA PESQUISA DE PREÇO

[redacted]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

[redacted]

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/06/2022 10:40:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SERASA S.A.**
CNPJ: **62.173.620/0001-80**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização d[illegible]viços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.[illegible] 23 de abril [illegible] de 2014, Lei nº [illegible]0, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de out[illegible] 2018, [redacted] Decreto nº 8.63[illegible]15, de janeiro de 2016.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/06/2022 às 10:41) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 62.173.620/0001-80.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 629A.0F9B.A96B.8707 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**62.173.620/0001-80**	DUNS®:	**899252985**
Razão Social:	**SERASA S.A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/09/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**16/11/2022**
FGTS	Validade:	**10/06/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**12/11/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**21/06/2022**
Receita Municipal	Validade:	**12/10/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2022**

CPF: [redacted]
Ass: _____

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital [redacted]
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**62.173.620/0001-80**	DUNS®:	**899252985**
Razão Social:	**SERASA S.A.**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**		
UASG Sancionadora:	**200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.**		
Data Aplicação:	**21/12/2018**		
Número do Processo:	**19638/2018-04**	Número do Contrato:	**14/2018**
Descrição/Justificativa:	**Atraso no atendimento de pedido de renovação de certificado digital.**		

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**254420 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ**
Data Aplicação:	**11/02/2020**
Número do Processo:	**25380.102196/1998**
Descrição/Justificativa:	**Penalidade aplicada, tendo em vista a inexecução parcial do Contrato 56/2016, com a Coordenação-Geral de Administreção- COGEAD da Fiocruz.**

Relatório de Ocorrências

[redacted]

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**		
Data Aplicação:	**08/04/2021**	Valor da Multa:	**R$ 7,94**
Número do Processo:	**0000126-19.2021.4**	Número do Contrato:	**24/2018**
Descrição/Justificativa:	**Considerando a informação da Instrução de Penalidade da Direção do Núcleo de Apoio Administrativo (doc. 5553235), e delegação de competência (Portaria nª 1580, de 23-11-2017, da DF/SC), DECIDO aplicar à empresa contratada a penalidade de Multa no valor total de R$ 7,94 (sete reais e noventa e quatro centavos), com base nos subitens 9.2.3 do instrumento contratual e 11.1.4 do termo de referência, e, ainda, no art. 87, II, da Lei n. 8.666/93, importância retida que deverá ser convertida em renda da União após o trânsito em julgado.**		

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**		
Data Aplicação:	**23/04/2021**	Valor da Multa:	**R$ 9,95**
Número do Processo:	**0000126-19.2021.4**	Número do Contrato:	**24/2018**
Descrição/Justificativa:	**Considerando a informação da Instrução de Penalidade da Direção do Núcleo de Apoio Administrativo (doc. 5570932), e delegação de competência (Portaria nª 1580, de 23-11-2017, da DF/SC), DECIDO aplicar à empresa contratada a penalidade de Multa no valor total de R$ 9,95 (nove reais e noventa e cinco centavos), com base no item 9.2.2 do instrumento contratual e no art. 87, II, da Lei n. 8.666/93, importância retida que deverá ser convertida em renda da União após o trânsito em julgado.**		

Relatório de Ocorrências

[redacted]

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora:	**90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação:	**11/03/2021** Valor da Multa: **R$ 5,57**
Número do Processo:	**0000203-62.2020.4** Número do Contrato: **24/2018**
Descrição/Justificativa:	**Com base nos argumentos e fundamentos expostos pelo Núcleo de Assessoria Jurídica no Parecer nª 5522044, os quais adoto como razão de meu convencimento, relativamente às insurgências manejadas pela contratada SERASA S.A (CNPJ nª 62.173.620/0001-80) em face de sanções aplicadas durante a execução do Contrato nª 24/2018:** **NEGO PROVIMENTO ao recurso 5501571 interposto contra a Decisão 5487100, mantendo-se a multa originalmente aplicada pela Direção da Secretaria Administrativa, no valor de R$ 5,57 (cinco reais e cinquenta e sete centavos).** **Decorridos 5 (cinco) dias úteis da intimação, registre-se a multa imposta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e, caso haja pag**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora:	**90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação:	**25/03/2020** Valor da Multa: **R$ 24,06**
Número do Processo:	**0000331-19.2019.4** Número do Contrato: **24/2018**
Descrição/Justificativa:	**Considerando a informação da Instrução de Penalidade do Setor de Análise e Instrução de Penalidades, ratificada pela Direção do Núcleo de Apoio Administrativo (doc. 5076849), e delegação de competência (Portaria nª 1580, de 23-11-2017, da DF/SC), DECIDO aplicar à empresa contratada a penalidade de Multa no valor total de R$ 24,06 (vinte e quatro reais e seis centavos), com base no item 9.2.4 do instrumento contratual e no artigo 87, inciso II, da Lei n. 8.666/93, importância que deverá ser descontada e convertida em renda da União no próximo pagamento à contratada após o trânsito em julgado.** **Obs.: a Decisão n. 5257701 negou provimento ao recurso interposto pela contratada.**

Relatório de Ocorrências

23

[redacted]

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação: **02/07/2019** Valor da Multa: **R$ 4,51**
Número do Processo: **0000331-19.2019.4** Número do Contrato: **24/2018 (4012518)**
Descrição/Justificativa: **Considerando a informação da Instrução de Penalidade do Setor de Análise e Instrução de Penalidades, ratificada pela Direção do Núcleo de Apoio Administrativo (Doc. 4729497), DECIDO aplicar à empresa contratada a penalidade de Multa no valor total de R$ 4,51 (quatro reais e cinquenta e um centavos), com base no item 9.2.4 do instrumento contratual e no artigo 87, inciso II, da Lei n. 8.666/93, importância que deverá ser descontada e convertida em renda da União no próximo pagamento à empresa após o trânsito em julgado. (Doc. 4729512)**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação: **29/10/2019** Valor da Multa: **R$ 139,36**
Número do Processo: **0000331-19.2019.4** Número do Contrato: **24/2018**
Descrição/Justificativa: **Considerando a informação da Instrução de Penalidade do Setor de Análise e Instrução de Penalidades, ratificada pela Direção do Núcleo de Apoio Administrativo (Doc. 4883427), DECIDO aplicar à empresa contratada a penalidade de Multa no valor total de R$ 139,36 (cento e trinta e nove reais e trinta e seis centavos), com base no item 9.2.2. do instrumento contratual e no artigo 87, inciso II, da Lei n. 8.666/93, importância que deverá ser descontada e convertida em renda da União no próximo pagamento à empresa após o trânsito em julgado.**

Obs.: a Decisão n. 5257701 negou provimento ao recurso interposto pela contratada.

224

[redacted]

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC**
Data Aplicação: **06/01/2020** Valor da Multa: **R$ 337,73**
Número do Processo: **0000331-19.2019.4** Número do Contrato: **24/2018**
Descrição/Justificativa: **Considerando a informação da Instrução de Penalidade do Setor de Análise e Instrução de Penalidades, ratificada pela Direção do Núcleo de Apoio Administrativo (doc. 4986566), e delegação de competência (Portaria nª 1580, de 23-11-2017, da DF/SC), DECIDO aplicar à empresa contratada a penalidade de Multa no valor total de R$ 337,73 (trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), com base nos itens 9.2.2 e 9.2.4 do instrumento contratual e no artigo 87, inciso II, da Lei n. 8.666/93, importância que deverá ser descontada e convertida em renda da União no próximo pagamento à contratada após o trânsito em julgado.**

Obs.: a Decisão 5257701 negou prov. ao recurso da contratada.

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70017 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**
Data Aplicação: **26/07/2016** Valor da Multa: **R$ 126,56**
Número do Processo: **159.804/2015** Número do Contrato: **NE1767/2015**
Descrição/Justificativa: **O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro comunica a aplicação da penalidade de multa moratória pelo atraso de 14 dias úteis na entrega do objeto, no percentual de 0,25%, por dia útil de atraso, limitado o total da multa a 10% do valor das NFS-e nª 1154463, 1154591 e 1163337/2016, nos termos do subitem 3.3.10.1.1 do Termo de Referência – Anexo I do edital.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **254420 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ**
Data Aplicação: **11/02/2020** Valor da Multa: **R$ 843,49**
Número do Processo: **25380.102196/1998**
Descrição/Justificativa: **Penalidade aplicada, tendo em vista a inexecução parcial do Contrato 56/2016, com a Coordenação-Geral de Administreção- COGEAD da Fiocruz.**

Relatório de Ocorrências

[redacted]

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.**
Data Aplicação:	**01/06/2022** Valor da Multa: **R$ 10.340,26**
Número do Processo:	**5085/2020-19** Número do Contrato: **14/2018**
Descrição/Justificativa:	**Aplicou a penalidade de multa, nos termos do art. 87, inciso II, da Lei nª 8.666/93 c/c item 2, alínea "b", da Cláusula Décima Quarta do TC nª 14/2018, no montante de R$ 10.340,26 (dez mil, trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), correspondente ao percentual de 5% sobre o valor mensal do contrato (R$206.805,21).**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora:	**80013 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A.REGIAO**
Data Aplicação:	**16/08/2019** Valor da Multa: **R$ 387,71**
Número do Processo:	**RP-8557/2018** Número do Contrato: **8557/2018**
Descrição/Justificativa:	**Em razão da morosidade no atendimento da solicitação de resolução do problema atinente aos sete certificados emitidos que não funcionaram; da emissão reiterada de notas fiscais antes do envio dos relatórios previstos no subitem VII.5 do contrato; e da alteração do preposto sem prévia indicação para o aceite da Administração.**

26

[redacted]

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **62.173.620/0001-80** DUNS®: **899252985**
Razão Social: **SERASA S.A.**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

[redacted]

Data e hora da consulta: 08/06/2022 10:48
Usuário: ***.015.774-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome		Moeda
160177	71º BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO		REAL - (R$)
CNPJ	**Endereço**		**CEP**
09.534.290/0001-28	BR 423, KM 94	HELIOPOLIS	55297-130
Município	**UF**	**Telefone**	
GARANHUNS	PE	(87) 3762-2000	

Ano	Tipo	Número
2022	NE	1648

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171400	0100000000	339040	160073	I3DAFUNCNPJ

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
02/06/2022	Global	64107003812202215	0,0000	439,00

Favorecido

Código	Nome		
62.173.620/0001-80	SERASA S.A.		
Endereço			**CEP**
DAS NACOES UNIDAS 14401	TORRE C-1 VILA GERTRUDES		04794-000
Município	**UF**	**Telefone**	
SAO PAULO	SP		

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
11	DISPENSA DE LICITACAO				
Ato Normativo		**Artigo**	**Parágrafo**	**Inciso**	**Alínea**
LEI 8.666 / 1993		24	-	II	-

Descrição

VISA ATENDER CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL, A FIM DE ATENDER ÁS NECESSIDADES DOS MILITARES 71º BI MTZ, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DOS DIVERSOS SISTEMAS CORPORATIVOS, ATENDENDO AO OBJETIVO ESTRATÉGICO (OE- 03) AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO. ATENDE DIEX REQUISITÓRIO Nº 28 - TESOURARIA 26 MAIO 2022, RECURSO REFERENTE 2022NC007866 - DGO 25 MAIO 2022, 2022NC000679 ¿ DGO 07 JAN 2022, DISPENSA Nº 27/2022 DESTA UASG 160177.

Local da Entrega

GARANHUNS - PE

Informação Complementar

16017706000272022 - UASG Minuta: 160177

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	08/06/2022 09:06:38	Alteração

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TesouroNacional

Data e hora da consulta: 08/06/2022 10:48
Usuário: ***.015.774-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI

Total da Lista
439,00

Subelemento 23 - EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Serviços de certificação digital para pessoas físicas (e-cpf), modelo a3 validade 36 meses, com token. 1º Sgt Pedro Fernando Maia e Silva.	439,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/06/2022	Inclusão	1,00000	439,0000	439,00

Assinaturas

[redacted]

Versão	Data/Hora	Operação
002	08/06/2022 09:06:33	Alteração